



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
EDITAL DE LICITAÇÃO TSE nº 90006/2024

MODALIDADE: PREGÃO
FORMA: ELETRÔNICA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de combustível, tipo óleo diesel S-10, consoante especificações, exigências, quantidades e prazos constantes deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O TSE conta com uma planta de geração de emergência constituída por máquinas alimentadas por óleo diesel que deverão estar permanentemente abastecidas para fazer frente a interrupções de fornecimento de energia, acidentais ou programadas, de responsabilidade da distribuidora CEB, bem como permitir manutenção na subestação e sistemas elétricos nos edifícios principal e anexo

2.2. Em caso de falta de energia elétrica, o sistema de geração de emergência (geradores) alimenta as cargas prioritárias dos equipamentos do Tribunal (Centro de Processamento de Dados - CPD, microcomputadores, elevadores, iluminação de emergência, sistemas de segurança, dentre outras).

2.3. A quantidade de combustível solicitada se deu com base na capacidade dos tanques de combustível externos do TSE (2 tanques de 6.000 litros cada), na capacidade dos tanques internos do TSE (5 tanques internos de 1000 litros cada) e na estimativa de consumo (575 litros/mês (com base nas últimas contratações [2019.00.000011781-0](#) e [2022.00.000000008-1](#), e tempo decorrido). Assim, a quantidade de combustível necessária para encher os tanques do TSE: 10.000 litros.

2.4. O objeto deste Termo de Referência é do tipo comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pela administração pública.

2.5. Os demais motivos que levaram a presente contratação, as justificativas para solução adotada e demais questões afetas a esse Termo de Referência foram apresentadas no Estudo Preliminar (SEI nº [1967918](#)), cujos dados permanecem condizentes com o cenário atual.

2.6. Quantidade de combustível para encher os tanques do TSE: 10.000 litros;

2.7. Estimativa de consumo: 575 litros/mês (com base nas últimas contratações [2019.00.000011781-0](#) e [2022.00.000000008-1](#), e tempo decorrido).

3. ESPECIFICAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade
1	Óleo diesel S-10	Litros	10.000

3.1.1. Detalhamento do objeto:

3.1.1.1. Trata-se de processo para aquisição de combustível necessário ao abastecimento dos 2 (dois) tanques de Diesel com capacidade de 6.000 (seis mil) litros cada, de instalação externa, que interliga os tanques unitários de cada grupo moto-gerador.

3.1.1.2. O combustível é do tipo óleo diesel S-10.

3.1.1.3. Ressalta-se que o transporte e a deposição do combustível no tanque de diesel é responsabilidade da Contratada.

3.1.2. O critério de julgamento da licitação é o de **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL sobre o valor** dado pelo maior preço obtido em função do **último preço semanal disponível na data do fornecimento**, observado em Brasília, Preço ao Consumidor, pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), constante do endereço eletrônico [Série histórica do levantamento de preços](#).

3.1.3. A empresa deverá encaminhar proposta de preços especificando marca e modelo do produto ofertado.

3.2. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.2.1. O combustível deverá ser depositado nos reservatórios do TSE, localizado no SAFS Quadra 7 Lotes 1/2, Brasília/DF, Ed. Sede, Subsolo, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 12:00 às 17:00 horas devendo ser comunicado ao TSE com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, por meio de contato telefônico com a Seção de Equipamentos e Sistemas Elétricos (61-3030-8215) ou correio eletrônico (sesen@tse.jus.br), para permitir o deslocamento de um representante do Tribunal até o local dos tanques.

3.2.2. O prazo de entrega será de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da nota de empenho pela contratada, por meio eletrônico. A nota de empenho será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

3.2.3. Não serão recebidas as entregas fora do horário especificado, não sendo o TSE responsável por qualquer tipo de indenização ou prejuízos.

3.2.4. Ao Tribunal Superior Eleitoral fica reservado o direito de recusar de pronto o combustível que flagrantemente não esteja em conformidade com a descrição do objeto e não cumpra os requisitos elencados no item 4.1 - Recebimento.

3.2.5. A contratada deverá providenciar todo e qualquer equipamento adequado e necessário à ligação entre o caminhão-tanque e o reservatório do TSE (tipo tanque suspenso) para abastecimento de combustível, **sem ônus adicional ao TSE.**

3.2.6. A contratada poderá vistoriar o local para verificar às condições do abastecimento.

3.3. FORMAS DE COMUNICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.3.1. A comunicação entre o TSE e a Contratada durante a execução do contrato, far-se-á, preferencialmente, por meio do preposto designado pela contratada.

3.3.2. Poderão ser utilizados para a comunicação:

3.3.2.1. Ofícios;

3.3.2.2. Ordens de Serviço;

3.3.2.3. Mensagens escritas;

3.3.2.4. Termos de Recebimento;

3.3.2.5. Demais documentos previstos em contrato ou neste Termo de Referência.

4. RECEBIMENTO E PAGAMENTO

4.1. RECEBIMENTO

4.1.1. No momento da entrega do objeto, o produto será recebido provisoriamente, de forma sumária, para posterior verificação de sua conformidade com as exigências contratuais. Na oportunidade será emitido o Termo de Recebimento Provisório - TRP, em duas vias, por servidor ou comissão previamente designados, sendo que:

4.1.1.1. O caminhão tanque deve estar devidamente lacrado, o lacre deve ser aberto na presença da fiscalização e entregue a esta após o abastecimento;

4.1.1.2. O caminhão tanque deve possuir um medidor de vazão, este deve ser disponibilizado para a fiscalização verificar o volume disponibilizado;

4.1.1.3. Deverá ser entregue Boletim de Conformidade do Produto, nos termos determinados pela ANP (Resolução Nº 828, De 1º de Setembro de 2020). O boletim de conformidade é documento da qualidade que contém os resultados das análises físico-químicas estabelecidas para os combustíveis, requeridas na distribuição, além do volume certificado e data da amostragem e deverá conter:

a) análise de: aspecto, cor visual, ponto de fulgor, massa específica a 20 °C, condutividade elétrica, número de acidez e teor de água.

b) teor percentual em volume de biodiesel aplicado à mistura; e

c) identificação do(s) tanque(s) de origem.

4.1.1.4. O distribuidor de combustível deve ser pessoa jurídica autorizada pela ANP para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

4.1.2. O fiscal técnico ou comissão designada terão o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, para emitir o Termo de Recebimento Definitivo - TRD e remeter o processo à fiscalização administrativa. O TRD compreenderá a verificação da conformidade do objeto aos termos contratuais, por meio das análises e conclusões dos quesitos previstos na Lista de Verificação contida no Anexo I-II deste Termo de Referência.

4.1.2.1. A Seção de Equipamentos e Sistemas de Engenharia (Sesen/Cenaq/Sad) será a responsável pela emissão dos documentos citados neste item 4.

4.1.3. A Lista de Verificação evidenciará as avaliações e conclusões realizadas pela fiscalização sobre a conformidade do objeto, compreendendo a verificação dos seguintes aspectos:

4.1.3.1. conferência do quantitativo contratado;

4.1.3.2. conferência do aspecto qualitativo, conforme a especificação prevista neste Termo de Referência e na proposta de preço;

4.1.3.3. cumprimento das demais obrigações previstas neste Termo de Referência;

4.1.3.4. Todas as evidências de descumprimento das obrigações assumidas, no todo ou em parte, pela Contratada deverão constar do TRD para viabilizar a apuração da importância exata a pagar.

4.1.3.1. Verificação do atendimento pela Contratada das obrigações previstas.

4.1.4. Identificada qualquer irregularidade pela fiscalização durante o recebimento do objeto, a Contratada deverá substituir o combustível reprovado e cumprir as obrigações pendentes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

4.1.5. Decorrido o prazo ou sanada a incorreção apontada pela fiscalização será reiniciado o prazo para emissão do TRD, nos termos do item 4.1.2.

4.1.6. O TSE poderá rescindir a contratação caso o objeto entregue seja novamente reprovado.

4.1.7. A contratada deverá recolher o combustível reprovado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. Caso não os recolha, poderá ser doado.

4.1.8. O fiscal técnico ou a comissão designada, no caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e/ou quantidade, deverá indicar, no TRD, a parcela incontroversa, a qual deve ser liberada para pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

4.1.9. A fiscalização que será realizada pelo TSE não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14133/2021.

4.2. PAGAMENTO

4.2.1. O pagamento será efetuado até o 6º (sexto) dia corrido, após o atesto da nota fiscal/fatura pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/21.

4.2.1.1. O atesto do objeto contratado será feito pelo fiscal administrativo, designado pela autoridade competente, por meio da emissão de Nota Técnica de Atesto (NTA). O fiscal administrativo terá o prazo de 1 (um) dia corrido para emitir a NTA e remeter o processo à unidade técnica responsável pelo pagamento, a partir do recebimento do documento fiscal, acompanhado do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e dos demais documentos exigidos para liquidação e pagamento da despesa.

4.2.1.2. A Contratada deverá entregar o faturamento com toda documentação exigida para liquidação e pagamento conjuntamente com a entrega do objeto.

4.2.1.3. O pagamento a ser efetuado em favor da **CONTRATADA**, em conta corrente previamente informada, estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais.

4.2.1.4. Na fase de liquidação e pagamento da despesa, a unidade de execução orçamentária e financeira realizará consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou nos sítios de cada órgão regulador, com fins de verificar a regularidade da contratada perante a Seguridade Social e a Fazenda Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Justiça Trabalhista.

5. OBRIGAÇÕES

5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1.1. Executar, com observação dos prazos e exigências, todas as obrigações constantes deste Termo de Referência.

5.1.2. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência.

5.1.3. Informar, **no momento de recebimento da nota de empenho**, o nome do responsável (preposto), os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o TSE, bem como manter os dados atualizados durante toda a execução contratual.

5.1.4. Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal da contratação.

5.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto deste Termo de Referência.

5.1.6. Fazer com que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do TSE, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa).

5.1.7. Comunicar ao TSE, imediatamente, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

5.1.8. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TSE, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à contratada, durante e após a vigência do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e à Resolução CD/ANPD nº 2/2022, conforme disposto no Capítulo XVII - DA PROTEÇÃO DE DADOS do edital.

5.1.9. Manter, durante a execução da contratação as condições de habilitação exigidas para a contratação, quanto à regularidade Fiscal.

5.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

5.1.10.1. A inadimplência da contratada com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao contratante, nem poderá onerar o objeto desta contratação.

5.1.11. Orientar seus funcionários acerca da necessidade de observar protocolos sanitários definido pelo Contratante.

5.1.12. Fornecer máscaras N95 aos seus funcionários, em quantidade suficiente, para ingresso e permanência nas dependências do TSE, **quando houver a exigência do uso por parte do Tribunal.**

5.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

5.2.2. Designar servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do objeto contratual.

5.2.3. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas, nos termos de normativo do TSE que disponha sobre os processos de contratação no âmbito do Tribunal.

- 5.2.4.** Permitir que os funcionários da contratada, desde que devidamente identificados, tenham acesso aos locais de entrega.
- 5.2.5.** Recusar qualquer produto entregue em desacordo com as especificações constantes desse Termo de Referência ou com defeito, ressalvado o disposto no item 4.1.4.
- 5.2.6.** Efetuar o pagamento à contratada, segundo as condições estabelecidas nesse Termo de Referência.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1.1. Comprovar, como condição para participação na licitação, não possuir inscrição no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Portaria Interministerial MTPS/MM/IRDH nº 4/2016).

6.1.1.1. A comprovação desse critério será efetuada a partir da consulta ao Cadastro acima mencionado, no sítio eletrônico (<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>), no qual consta lista emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

6.1.2. Comprovar, como condição para contratação, não ter sido condenada, a adjudicatária e seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; no art. 149 do Código Penal; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e nas Convenções nºs 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho.

6.1.2.1. Deverá ser apresentada Certidão Judicial de Distribuição ("nada consta" ou "certidão negativa") da esfera criminal, da Justiça Comum (Federal e Estadual), da adjudicatária e de seus dirigentes.

6.1.3. Comprovar, como condição para participação na licitação, caso a empresa possua 100 (cem) ou mais empregados, atender ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, que determina a obrigatoriedade do preenchimento de 2 a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados: 2%;

II - de 201 a 500: 3%;

III - de 501 a 1.000: 4%; e

IV - de 1.001 em diante: 5%.

6.1.3.1. A comprovação será feita mediante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Inciso IV do Art. 63 da Lei 14.133/2021.

6.1.3.2. Sempre que solicitado pela Administração, a contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item 6.1.3, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da solicitação, sob pena de notificação aos órgãos competentes pela fiscalização.

6.1.4. Apresentar, conjuntamente com a proposta de fornecimento, o(s) comprovante(s) de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do Ibama, relacionados às categorias e atividades listadas abaixo, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Regularidade (CR) válido(s):

a) Categoria 18-1 - Transporte de Cargas Perigosas e que exijam grande grau de detalhamento.

ANEXO I-I - MODELO DE PROPOSTA

Razão Social:		E-mail:		CNPJ:	
Endereço:		CEP:		Tel.:	
Item	Descrição	Marca/Modelo e demais observações	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Desconto em relação ao maior preço obtido em função do último relatório semanal de preços dado pela ANP disponível na data do fornecimento
1	Óleo diesel S-10		Litros	10.000	
<p>Declarações:</p> <p>i) Esta empresa declara que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a execução do objeto.</p> <p>ii) Esta empresa declara que nos preços propostos acima estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto da contratação.</p> <p>iii) Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.</p> <p>iv) Esta empresa declara estar ciente da necessidade de apresentação dos documentos de habilitação exigidos, bem como dos critérios de sustentabilidades a serem comprovados e dos demais documentos previstos no Edital e seus Anexos.</p>					
<p>Validade da Proposta:</p> <p>O prazo de validade desta proposta é de (não inferior a 60 dias) dias, contados da data de abertura do Pregão.</p>					

Observações para o Preenchimento da Proposta pelas Empresas:

1) A tabela da proposta deverá ser apresentada com o detalhamento do objeto a ser fornecido, observadas as especificações contidas no Termo de Referência.

Documento nº 2801013 v1

ANEXO I-II - LISTA DE VERIFICAÇÃO (TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO)

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO				
Processo SEI Relacionado: Contratada: CNPJ nº: Contrato/Nota de Empenho: Objeto: Aquisição de óleo diesel tipo S-10. Prazo de Entrega:				
Fiscalização: Memorando nº (SEI nº) Fiscal Técnico Titular: Fiscal Técnico Substituto:				
ITEM	CRITÉRIO DE CONFERÊNCIA	SIM	NÃO	N.A.
1	ASPECTOS QUANTITATIVOS DA AQUISIÇÃO:			
1.1	A quantidade entregue corresponde à totalidade do previsto no empenho/contrato?			
1.2	O combustível foi entregue dentro do prazo previsto?			
1.3	No caso de reprovação do combustível entregue, este foi substituído no prazo previsto?			
2	ASPECTOS QUALITATIVOS DA AQUISIÇÃO:			
2.1	O caminhão estava lacrado?			
2.2	O Boletim de Conformidade de Produto foi entregue?			
2.3	O Boletim de Conformidade tem todos os itens necessários conforme Resolução da ANP?			
3	OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS:			
3.1	O valor dos produtos descrito na nota fiscal corresponde ao previsto na contratação?			
3.2	O CNPJ constante da nota fiscal corresponde ao expresso no empenho?			
HOUE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES? SEI nº:				
RELATÓRIO DE Ocorrências				
RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO				
Efetuada a análise de conformidade do objeto com as especificações do Termo de Referência e do instrumento contratual, quanto aos aspectos quantitativos, qualitativos e de obrigações contratuais, a fiscalização decide, ressalvadas eventuais observações contidas no Relatório de Ocorrências, por:				
RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO				
NÃO RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO				

ANEXO I-III - DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO	
<p>A empresa Nome da Empresa, com sede na Endereço da empresa, na cidade de Cidade, (UF), CNPJ nº 000.000.000/0000-0, neste ato representada pelo seu Cargo do Representante, Senhor(a) Nome do Representante portador(a) da Carteira de Identidade nº Identidade do Representante, CPF nº CPF do Representante, em atenção ao art. 44 da IN MPDG nº 5/2017, DESIGNA, o(a) Senhor(a) Nome do Colaborador, portador(a) da Carteira de Identidade nº Identidade do Colaborado, CPF nº CPF do Colaborador, para atuar como preposto no âmbito do Contrato TSE nº xx/xxxx.</p>	
2. O preposto designado representará a empresa perante o Tribunal Superior Eleitoral, zelará pela boa execução do objeto contratual, exercendo os seguintes poderes e deveres:	
a) Ser acessível ao Contratante, por intermédio do email e dos números de telefone fixo e celular informados neste formulário.	
b) Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.	
3. A comunicação entre o preposto e o Tribunal Superior Eleitoral será efetuada por meio dos telefones fixo (DDD) 00000-0000 e celular (DDD) 00000-0000 ou do e-mail email@email.com.br .	
4. A Nome da Empresa compromete-se a manter atualizados, durante toda fase de execução da contratação, os contatos de telefone e e-mail para comunicação com o Tribunal Superior Eleitoral.	

BRAITNER LOBATO DA SILVA
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

Documento assinado eletronicamente em **11/03/2024, às 11:27**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em

[https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2801013&crc=252CAECF)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2801013&crc=252CAECF](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2801013&crc=252CAECF) informando, caso não preenchido, o código verificador **2801013** e o código CRC **252CAECF**.

Criado por [braitner.silva](#), versão 1 por [braitner.silva](#) em 10/03/2024 00:44:03.